

PROTESTOS DA COPA, “BLACK BLOCS” E OCUPAÇÃO DE ESCOLAS: LIÇÕES QUE NÃO DEVEM SER ESQUECIDAS

Por Flávio César Montebello Fabri*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Dez anos podem parecer ínfimos em termos de história, mas a memória institucional é importante: os protestos de 2013-2015 servem como um exemplo no aprendizado de como garantir a estabilidade do Estado.

Dez anos, na História de uma nação, é um tempo ínfimo. Para que se tenha uma ideia, muitos documentos da Segunda Guerra Mundial ainda são classificados, ou seja, somente haverá (provavelmente) acesso aos mesmos a partir de 2045. Após análise criteriosa, objetivando evitar desdobramentos que possam afetar a estabilidade nacional (ou mesmo mundial), política ou questões de ordem diplomática, a interpretação fora do contexto de época e aproveitamento destes para ações de guerra informacional/cognitiva, entre inúmeros outros, são alguns dos motivos pelo qual a restrição aos mesmos se mantêm. Outro ponto a considerar: os principais protagonistas (incluindo os tomadores de decisões estratégicas e/ou políticas), não estarão mais vivos.

Incluem-se, também, nestes documentos, alguns alusivos ao SOE (*Special Operations Executive*) britânico. Tratando-se de órgão criado em 1940 (momento em que a Europa era ocupada pelo avanço das forças armadas alemãs, com táticas e técnicas inovadoras, possuindo a liderança política destas o viés que hoje todos conhecemos), o SOE tinha como missão a guerra irregular, sabotagem, reconhecimento e ações em

territórios ocupados, formação e apoio a grupos de resistência, espionagem, entre outras missões não convencionais extremamente necessárias para reverter o quadro que se apresentava. Com apelidos que variavam de “Exército Secreto de Churchill” a “Ministério da Guerra Indelicada”, a parcela de documentos que interessam a muitos historiadores somente estará disponível para consulta (talvez) um século depois de findo o conflito.

Decisões pautadas no que era emergencialmente necessário, operações sensíveis cujo cumprimento (para vencer o totalitarismo) talvez não encontrassem justificativa na mente de quem só viveu a paz, bem como a vaga compreensão (literalmente, sentir na pele) do que ocorria, com unidades blindadas varrendo, com apoio de aviação e artilharia, tudo o que estava pela frente (para o desespero de exércitos e população civil que de uma hora para outra se viu sob nova governança) e, sendo direto, eventuais questionamentos morais hoje (após milhões terem sido mortos na guerra), fazem com que documentos com decisões deste porte sejam mantidos em sigilo.

Apesar de 10 anos, como citado anteriormente, ser considerado um lapso temporal ínfimo neste contexto, é mais que adequado que alguns setores de Estado tenham uma excelente memória e não deixem cair no esquecimento, de forma alguma, as lições aprendidas, bem como a expertise adquirida (incluindo a operacional). Por exemplo: quantos possuem experiência (vivência prática) na gestão e resposta a eventos como múltiplos presídios rebelados simultaneamente, sem recorrer a outros recursos que não os institucionais? Quantas organizações estatais (instituições permanentes) foram surpreendidas com ordens de atores governamentais que causaram inúmeros problemas práticos e restaram a elas, posteriormente, a incumbência de conseguir uma solução em circunstâncias mais complicadas (atores governamentais estes, portanto, que democraticamente eleitos ou, por estes sendo designados, ocupam por tempo determinado o cargo, sendo acompanhados, muitas vezes, de assessores cuja competência e vivência técnica na área em que acabam lotados é tão somente a de vínculo político com o assessorado)? Quantos profissionais de carreira não pagaram por fazer o que era necessário em campo, tendo arcado com o custo de decisões (incluindo a inércia) de atores políticos cuja principal preocupação era tão somente manter-se no cargo (mais do que o retorno da ordem e da estabilidade)? Posso citar uma instituição, em particular: a Polícia Militar.

Adequar-se ao cenário por vezes complexo que se apresenta nem sempre é fácil. Inclui compreender rapidamente o que está ocorrendo e até que ponto o cenário pode escalar. Conhecer eventos similares (de outros lugares e épocas), estudando a fundo o que ocorreu, bem como a resposta dada. A memória institucional, portanto, possui um custo altíssimo.

Particularmente, me recordo quando iniciou o movimento de ocupação de escolas. Ao comentar com alguns colegas de profissão, enquanto as ocupações tomavam corpo, a respeito das obras de Gene Sharp como *Da Ditadura à Democracia e Poder, Luta e Defesa: Teoria e Prática da Ação Não-Violenta* (facilmente encontradas), bem como a similaridade com a Rebelião dos Pinguins (Chile), me chamou a atenção o fato de que poucos conheciam algo a respeito. Na maioria das vezes, a resposta era que sequer tinham ouvido falar (ao menos aqueles com que conversei, à época, lotados em uma unidade da corporação). Havia, inclusive, um documentário a respeito (*A Rebelião dos Pinguins*, dirigido por Carlos Pronzato, lançado em 2007), que também poucos haviam assistido ou mesmo sabiam da existência.

Necessário citar que a ocupação das escolas, no Estado de São Paulo, se deu a partir de novembro de 2015. Havia uma reestruturação escolar anunciada pelo governo estadual, no dia 23 de setembro. Consistia em separar as escolas para que passassem a ofertar somente um dos ciclos da educação (ensino Fundamental I, Fundamental II ou o Médio) a partir do ano seguinte. O que causou os protestos foi a notícia do fechamento de 93 estabelecimentos de ensino e a transferência de alunos. Tal reconfiguração envolveria 1.464 escolas, a transferência de 311 mil alunos e afetaria a rotina, também, de 74 mil professores. No dia 28 de outubro, o governo estadual tornou pública a lista das 93 escolas que seriam disponibilizadas para outras finalidades na área de educação e, em 1º de dezembro, publicou um decreto com a transferência de funcionários.

As medidas anunciadas atingiram um patamar de impopularidade enorme. Escolas passaram a ser ocupadas e o governo passou a tentar uma ação, junto ao Poder Judiciário, não obtendo o êxito esperado.

“Estudantes começaram a ocupar escolas em 9 de novembro em protesto contra a reestruturação. Nesta sexta-feira, 196 escolas estavam ocupadas, segundo a Secretaria da Educação. O Sindicato dos Professores (Apeoesp) afirma que são 205 (...).

A primeira a ser ocupada, em 9 de novembro, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC. No dia seguinte, alunos ocuparam a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo. Um grande número de policiais militares foi deslocado para a unidade de ensino na capital paulista. Houve tumulto em algumas ocasiões.

A Justiça chegou a conceder a reintegração de posse tanto da Fernão Dias quanto da Diadema, mas a decisão foi derrubada (...) em 13 de novembro (...). O Governo do Estado recorreu e sofreu uma nova derrota no Tribunal de Justiça de São Paulo. Três desembargadores defenderam, em 23 de novembro, que os estudantes tinham o direito a ocupar as escolas em protesto.”

(Fonte: G1 São Paulo. Escolas Ocupadas – Ocupações, atos e polêmicas: veja histórico da reorganização escolar. 04/12/2015).

Além de uma expressiva adesão de alunos e pais, entidades como a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), bem como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), passaram a apoiar a iniciativa.

O governador do Estado de São Paulo suspendeu a reorganização escolar após 40 dias de protestos. Fato a considerar é que a iniciativa de um serve de incentivo a outros. Principalmente se houve sucesso no intento. Em outros Estados, movimentos similares passaram a ocorrer.

Havia, porém, uma lição que talvez não tivesse sido adequadamente considerada (pelo menos por alguns atores) quando começaram a ocupar as escolas. Não estamos nos referindo, neste momento, ao protesto que envolveu 600 mil estudantes do ensino médio, 300 mil universitários, professores e apoiadores (o que incluiu mais de uma centena de sindicatos e organizações) no Chile, em junho de 2006 (onde a pauta era reforma educacional, transporte gratuito e isenção de taxas para o vestibular aos secundaristas, bem como a própria legislação alusiva à educação). Cerca de dois anos antes do que ocorria nas escolas (em São Paulo e outros Estados brasileiros), um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus tomou corpo, espalhou-se por todo país (havendo um expressivo leque de reivindicações que se somaram, bem como a exposição de insatisfações) e acabou por “fazer surgir” um novo componente nos

noticiários brasileiros: os *Black Blocs*. Não que estes fossem desconhecidos no exterior, mas passaram a compor rotineiramente as reportagens nacionais naquele período.

O termo “Black Bloc” já existia desde a década de 1980 e um dos primeiros a fazer uso dele foi a polícia alemã (aliás, *Schwarzer Block*).

O ESTADO DE S. PAULO

A18 | TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Justiça nega reintegração de posse e Estado cancela Saesp em 108 escolas

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) sofreu nova derrota na Justiça paulista, que negou ontem a reintegração de posse das escolas ocupadas por alunos contrários à reorganização da rede estadual. Já a Secretaria de Educação cancelou nas 108 escolas tomadas por estudantes a realização do Saesp, avaliação que mede o nível de aprendizado por unidade de ensino. Alunos têm organizado boicotes à participação na prova como protesto.

O projeto do governo prevê o fechamento de 93 escolas e a transformação de 754 colégios em unidades de ciclo único, o que forçará a transferência de estudantes. O governo não fez audiências de discussão com as comunidades escolares antes do anúncio da mudança.

Estudantes partilham dicas sobre ocupações, piquetes e o descarte das questões, para impedir a realização dos testes



FIGURA 1: O então governador do Estado de São Paulo recorreu, sem sucesso, à Justiça em relação à ocupação das escolas. De qualquer forma, dias depois, acabou por suspender a organização escolar planejada (Jornal o Estado de São Paulo, edição de 24 de novembro de 2015).

Conforme elucidada o pesquisador canadense Francis Dupuis-Déri, os Black Blocs teriam surgido, pela primeira vez, em Berlim Ocidental, durante o inverno de 1980, quando três policiais fizeram uso da força para retirar militantes que se encontravam ocupando prédios. Explica, ainda, que a função destes (os Black Blocs) é a de “expressar uma presença anarquista e uma crítica radical no interior de uma manifestação”. Realizam as chamadas ações diretas (enfrentamento, oposição, depredação etc.) e se fundem com os demais manifestantes de um protesto, que lhes garantiriam (ao menos teoricamente) certa solidariedade, bem como a proteção do anonimato, tornando difícil a sua identificação, prisão e, por conseguinte, responsabilização.

De qualquer forma, não é prerrogativa de uma ideologia somente (ou de uma convicção) fazer uso da violência em protestos. É propício falar de “grupos de afinidade” (normalmente pequenos, onde o vínculo é encontrado a partir de amizades, colegas de escola, trabalho ou grupos de orientação política) e, neles, surge o consenso a respeito da ação a ser tomada. Em 1988, um black bloc teria entrado em ação por ocasião de reunião do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional em Berlim (Ocidental). Essa “ideia” de protesto passou a ser copiada em diversos locais do mundo (em 1991, houve uma ação similar contra a Guerra do Iraque).

Na década de 1990, nos Estados Unidos, militantes do ARA (*Anti-Racist Action*), que anteriormente adotavam a ação direta, passaram a retomar essa prática que, por sua vez, passou a ser também adotada por integrantes do movimento antiglobalização. De qualquer forma, grupos distintos podem se reunir e somar esforços em tarefas diversas, que vão do enfrentamento, ações de apoio como o reconhecimento da área de interesse, comunicação, difusão de informações, até possuírem um corpo de socorristas voluntários para os integrantes da ação que acabem feridos. Não

necessariamente quem pratica a violência em um protesto pertence a um grupo de afinidade que acaba designado como Black Bloc (já eram anteriormente conhecidos aqueles com viés ideológico específico, que praticavam ação direta em manifestações e que foram designados como “Blocos Vermelhos”).

Cresce número de colégios tomados em Goiás

● Os estudantes ampliaram ontem a ocupação de escolas no Estado de Goiás, em protesto contra projeto do governo estadual de transferir a gestão de unidades para Organizações Sociais (OSs). Segundo o Movimento Secundarista Goiano, estão ocupa-

das 21 escolas no Estado – 12 em Goiânia, 6 em Anápolis, 2 em Aparecida de Goiânia e 1 na cidade de Goiás.

Alunos que ocupam o Colégio Estadual Frei João Batista, em Anápolis, denunciaram o corte no fornecimento de água. A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte informou desconhecer a denúncia. Para ela, os protestos são injustificáveis e políticos. “A pasta sempre esteve aberta ao diálogo.” / JOSÉ MARIA TOMAZELA

FIGURA 2: A exemplo do que ocorria em São Paulo, outros Estados também presenciaram atos similares como, por exemplo, Goiás e Paraná (Jornal o Estado de São Paulo, edição de 18 de dezembro de 2015).

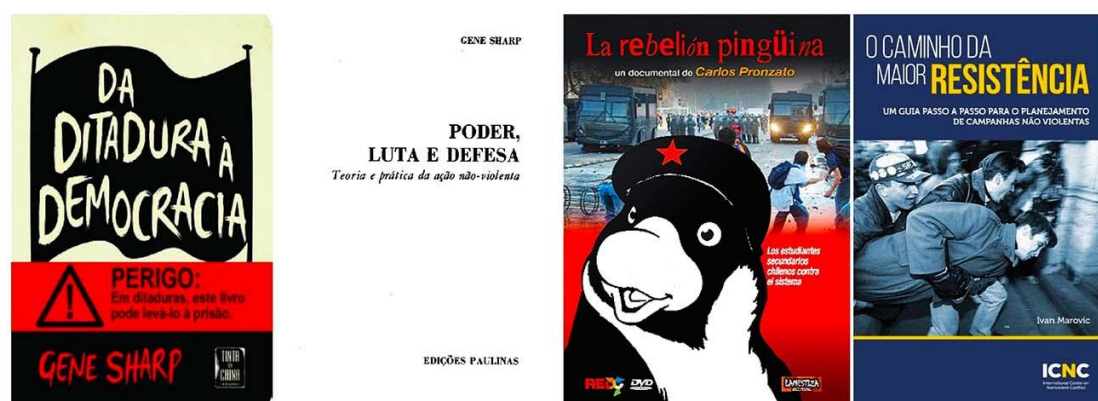


FIGURA 3: É possível, com o estudo a respeito de eventos anteriores (mesmo que em outras localidades), bem como com a leitura de material que é disponibilizado na maioria das vezes gratuitamente, ter uma ideia do cenário que eventualmente se apresenta e sua provável escalada, bem como projetar cenários com alta probabilidade de ocorrer, conforme o contexto. Obras como as de Gene Sharp, documentários a respeito de eventos (sendo A Rebelião dos Pinguins um deles), bem como outros materiais disponibilizados em caráter mais contemporâneo, devem ser alvo de interesse e estudo. Perceber antecipadamente a probabilidade de algo ocorrer e possuir consciência situacional e capacidade de resposta (inclusive no ambiente informacional) são fundamentais para qualquer organização de Estado (Albert Einstein Institution/Cinluta/ICNC).

Em junho de 2013 teve início uma série de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus e condições do transporte coletivo. Não era algo inédito, até aquele momento. Conforme citam Brancalione e De Bem (2014, p.10), já haviam ocorrido em:

- 2003, em Salvador;
- 2004 / 2005, em Florianópolis;
- 2005, em Aracaju, Belo Horizonte, Blumenau, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Itu, Joinville, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória;

- 2007, em Florianópolis e Joinville;
- 2008, em Candeias do Jamari (RO);
- 2010, em Florianópolis e São Paulo;
- 2011, em Belém, Porto Velho e São Paulo; e
- 2012, em Natal.

Verifica-se, portanto, que a melhoria em relação ao transporte público era uma pauta popular de longa data, por praticamente todo território nacional.

As “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidas, foram as imensas manifestações de massas em 2013 que, para alguns, foram consideradas uma insurreição popular de proporção nacional (chegaram a ocorrer, conforme algumas fontes, em aproximadamente 500 cidades, abrangendo todas as regiões do país).

Pautas distintas, que iam do repúdio da população em relação à corrupção na política, de iniciativas como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 37 que também era chamada de PEC da Impunidade, gastos em relação a eventos de projeção internacional (Copa e Olimpíada), ineficiência dos serviços públicos e falta de investimentos em áreas como Saúde e Educação, distanciamento da gestão pública em relação aos anseios da população, entre vários outros, foram uma soma de fatores que motivaram as manifestações que tiveram como estopim, principalmente, o protesto contra o aumento de 20 centavos na tarifa dos ônibus na capital paulista (com ativa participação do Movimento Passe Livre, MPL).

Um protesto foi puxando outro, havendo inicialmente uma aprovação popular enorme em relação aos mesmos. Conforme a *CNN* esclareceu, o início dos atos ocorreu em 2 de junho, quando passou a vigorar na cidade de São Paulo um reajuste das tarifas do transporte público. No dia seguinte (3), já começavam a surgir manifestações de menor porte (ainda). Poucos dias depois, o MPL promoveu um ato na Avenida Paulista (na mesma data, também houve uma manifestação no Rio de Janeiro, com a ocupação da Avenida Presidente Vargas). Nos dias 7 e 11 de junho, novos protestos e depredações foram registradas.

Durante o primeiro jogo da Copa das Confederações (dia 15), a presença da chefe do Poder Executivo nacional serviu para que os presentes passassem a hostilizar sua pessoa. Restou esclarecido que os investimentos que estavam sendo feitos para os grandes eventos (Copa e Olimpíada) não eram bem acolhidos pela opinião pública (ficando evidente que a população em geral preferia a destinação do erário na melhoria de outros serviços). Dois dias depois, havia o registro (que tornou-se icônico em relação às Jornadas de Junho) de manifestantes ocupando o perímetro do Congresso Nacional. No dia 20, as manifestações foram ainda maiores, com pelo menos um milhão de pessoas que se encontravam nas ruas de mais de 100 cidades.

Se por um lado, protestos não violentos eram defendidos por vários autores, personalidades, ativistas e organizações (que conseguiam trazer para junto de si um considerável contingente humano), não exatamente era o que pregava outra parcela.

Metrópole



MAIS NA WEB
Online. Confira vídeos que mostram a
ação dos PMs na região central
www.estado.com.br

DIA SEGUINTE: Guerra no centro de SP

Ministro critica ação da polícia, pág. A18

● Governador considerou manifestações **atos políticos** ● Prefeito marca encontro, mas reitera que não vai rever valor da tarifa
● Ministro da Justiça diz que ação policial foi **abusiva** ● **Comandante** defende operação e uso da Tropa de Choque ● Movimento tem
seu próprio corpo de confronto, **os Black Blocs** ● **Fotógrafo** ferido corre risco de ficar cego ● Violência repercute em todo o mundo



Cerca de 600 pessoas protestaram ontem na Avenida Paulista **contra a Copa do Mundo**

Reações. “As pessoas estão se solidarizando com quem está sendo vítima do que tem acontecido”, ponderou um dos líderes do Movimento Passe Livre, Caio Martins. Mas ele afirma que é preciso manter a luta para reduzir a tarifa. “Mudar a pauta só interessa à Prefeitura.”

Advogados vão ajudar de graça os manifestantes

● **Na janela**
Pelo menos 18 mil pessoas aderiram ao movimento **#vemprajanela** lançado nas redes sociais. A ideia é colocar um pano branco na janela para sinalizar apoio à manifestação.

* **ANÁLISE:** Monika Dowbor

‘Baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional

Mesmo antes da repressão policial, pesquisas mostravam que a maioria da população de São Paulo apoiava os manifestantes. Uma hipótese para isso é a causa escolhida pelo movimento: a redução da tarifa. É uma causa clara e cristalina, que gera unidade por representar um problema comum a vários paulistanos.

Essa hipótese também explicaria o apoio aos manifestantes mesmo após o vandalismo das noites anteriores. Na ocupação da reitoria da USP, em 2011, a maioria da população foi contra porque era uma causa interna, que não cativou quem não estudava lá.

O sucesso do protesto provavelmente se deve também à estratégia de ação. Ao confrontar a ordem pública colocando barricadas em chamuscas nas ruas, esperase uma reação da polícia. E, quando essa reação é desproporcional, “baderneiros” viram “mocinhos” e são vistos como os que lutam por uma cidade justa.

* É CIENTISTA POLÍTICA DO CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP)

FIGURA 4: A pauta para que não houvesse reajuste da tarifa de ônibus era simpática para a maioria da população. Para aqueles que não desejavam ir para as ruas, foi incentivado que ficassem em suas residências e manifestassem seu apoio com a colocação de panos brancos nas janelas. De qualquer forma, começavam a ocorrer depredações e atos de enfrentamento. Outras manifestações, com pautas totalmente distintas da inicial, começaram a surgir como, por exemplo, grupos começaram a se manifestar contra a Copa do Mundo. Os “Black Blocs” já eram citados em reportagens (Jornal o Estado de São Paulo, 15 de junho de 2013).

Peter Gelderloos, em seu livro *Como a Não-Violência Protege o Estado*, defendia que, não somente a não violência era ineficiente mas, também, “*patriarcal e a favor do Estado*”. Gelderloos, além de escritor, é um ativista anarquista norte-americano. Chegou a ser preso durante protestos e invasões, tanto nos Estados Unidos como na Espanha. Como ele mesmo cita:

“Os ativistas não violentos vão além de aprovar a violência do Estado com seu silêncio: frequentemente tomam a palavra para justificá-la. Os

ativistas pacifistas não perdem a oportunidade de declarar a proibição do uso da 'violência' nos seus protestos, porque a violência poderia 'justificar' a repressão policial, que se percebe como inevitável, neutra e irrepreensível."

Obras, como a dele foram encontradas em coletivos e com integrantes da prática Black Bloc.

O ESTADO DE S. PAULO

Terça-feira 18 DE JUNHO DE 2013 R\$ 3,00

ANO 134, Nº 43708 EDIÇÃO DE 22H estadão.com.br

Protesto se espalha pelo País e políticos viram alvo

● Pelo menos 230 mil pessoas foram às ruas em 11 Estados ● Manifestantes ocuparam a cobertura do Congresso, em Brasília; no Rio, enfrentaram polícia na Assembleia ● Em SP, partidos foram impedidos de levantar bandeiras



FIGURA 5: O “vândalo” e “baderneiro” de ontem passa a ser elogiado no dia seguinte. Autoridades que antes criticavam o que ocorria, tentaram amenizar o discurso tendo em vista a crescente adesão popular ao movimento que tomava corpo pelo Brasil inteiro. Muitos atores, notadamente do Poder Executivo e Legislativo (nas suas diversas esferas) ainda tentavam entender o que ocorria. Aumentou, também, o leque de reivindicações. Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, entre outras capitais, passaram a testemunhar as passeatas. Cidades de médio porte, como Londrina e Ponta Grossa (Paraná) também foram palco de eventos similares (Jornal o Estado de São Paulo, 18 de junho de 2013).

Fato peculiar a ser notado, naquela época, é que algumas entidades governamentais, como a Defensoria Pública, se posicionaram a favor do direito de protesto. Isso incluía, por exemplo, a interrupção do trânsito, por pequenos grupos, em vias cruciais como a Marginal Pinheiros, na capital paulista. Poucas dezenas de manifestantes, em horário de pico, faziam com que milhares de cidadãos, em seus carros, ficassem parados por horas (mesmo após o cansaço da jornada de trabalho). Começaram a surgir questões: até onde o direito de manifestação poderia chegar sem, com isso, afetar outros no seu direito de ir e vir? Atos como esse passaram a minar o engajamento popular, paulatinamente.

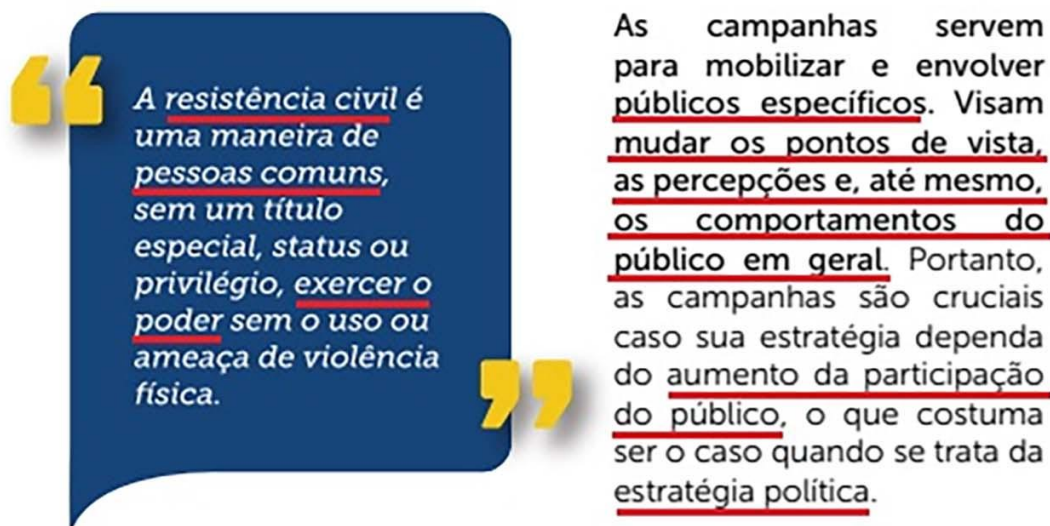


FIGURA 6: Conforme descrito em *O Caminho da Maior Resistência: Guia Passo a Passo para o Planejamento de Campanhas Não Violentas*, de Ivan Marovic, o propósito de algumas campanhas é potencializar o engajamento popular (ao menos do público-alvo), alterar a opinião pública e, com isso, promover o “exercício do poder”. Não raramente produzem impacto naqueles que, como os atores políticos, possuem capacidade de tomada de decisões estratégicas (International Center on Nonviolent Conflicts, ICNC).

Além da presença da população nas ruas, havia atividade em diversos outros campos, a notar da intensa ação informacional.

Se alguns grupos demonstravam notável organização e preparação para atuação, em perfeita sinergia, que ia do levantamento de locais e planejamento ao protesto propriamente dito, disponibilização de equipes com missão dedicada (como primeiros socorros, suporte jurídico etc.), comunicação, segurança das informações, difusão e atuação em ambiente informacional (o que incluiu o ativismo digital), também outros partiram para ações de enfrentamento e depredação. Passou a transparecer que não necessariamente aqueles que protestavam pacificamente, achavam interessante ou mesmo adequada a presença dos que partiam para as ações diretas. A tática Black Bloc, se em determinado momento foi relativamente tolerada, passou a ser considerada como um ponto prejudicial para a maioria que optava pela não-violência.

Meios de comunicação passaram a informar (ou pelo menos tentar esclarecer) para a população em geral quem eram aqueles que utilizavam táticas mais agressivas.

Reportagem Especial*
Black Blocks de SP

● **Estética**
Máscaras, roupas pretas e jaquetas de couro fazem parte dos trajes dos Black Blocks, inspirados no visual punk

HETEROGÊNEO

● Grupos que compõem as manifestações na capital paulista

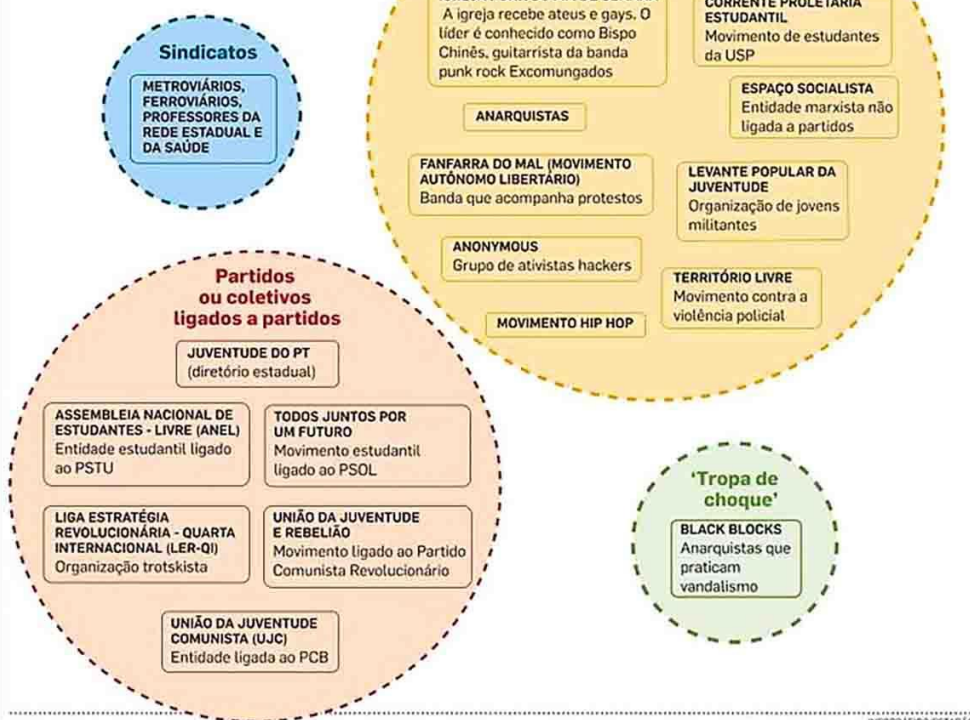


FIGURA 7: Infográfico publicado no jornal O Estado de São Paulo. Naquele momento muitos tentavam entender o movimento que “espontaneamente” se apresentava. Os reflexos começaram a aparecer em diversos pontos do território nacional. Percepções diversas começaram a surgir. Se em um primeiro momento a opinião pública era favorável, com o tempo a compreensão de que outros atores (com outras intenções) se aproveitavam do caos instalado, bem como da violência, depredações e alterações da rotina cotidiana, a população em geral passou a fazer questionamentos (Jornal O Estado de São Paulo, 15 de junho de 2013).

Com praticamente um mês de protestos, a prática Black Bloc passou a ser vista na quase totalidade das unidades federativas do país. Já se tornava urgente a retomada da ordem.

Black Blocs já se articulam em 23 Estados do País

Pela internet, eles começam a promover um 'badernaço' para o 7 de Setembro, com o uso de violência como estratégia política

Bruno Paes Manso

No Maranhão, os integrantes da página dos Black Blocs no Facebook contam a história da Balaiada, movimento popular rebelde formado por "escravos aquilombados e caboclos" que tomou a segunda maior cidade do Maranhão no século 19. Os de São José dos Campos colocaram na internet a imagem da "mãozinha do curtir" segurando um coquetel molotov.

Já os goianos, assim como os demais, se dizem anarquistas e afirmam que "sua pátria é o mundo inteiro" e "sua lei é a liberdade". No Pará, a bandeira brasileira está pintada de preto e vermelho, com o "A na bola", símbolo do anarquismo, no lugar do Ordem e Progresso.

Quase dois meses depois do começo dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL), discussões virtuais e presenciais sobre o uso da violência como estratégia política nas manifestações de rua já são feitas em 23 Estados.

A página mais popular dos Black Blocs no Facebook é a do Rio, com mais de 18 mil seguidores. Em São Paulo, além da capital e de São José dos Campos, outras cinco cidades têm fóruns de discussão anarquistas (Ribeirão Preto, Rio Preto, Rio Claro, Piracicaba e Sertãozinho). Os cearenses fizeram o documentário *Com violência*, sobre as ações do grupo na Copa das Confederações, com mais de 50 mil acessos no YouTube.

História. Inspirada inicialmente em ativistas alemães, que atuavam de preto e com máscaras de gás como segurança nas manifestações nos anos 1990, a estética e ação Black Bloc se fortaleceu principalmente depois de ganhar os Estados Unidos

Atos de depredação em Seattle, em 1999, que impediram diversos delegados de chegarem à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), conseguiram provocar o debate sobre o papel da violência nas manifestações. Uma das referências do debate foi o livro *Como a não-violência protege o Estado*, do ativista americano Peter Gelderloos, que já passou duas temporadas em prisões americanas e espanholas.

FIGURA 8: Enquanto alguns ainda tentavam entender a expansão deste fenômeno, o uso de violência em protestos alastrava-se por todo território nacional (Jornal o Estado de São Paulo, 4 de agosto de 2013).

Entre outras medidas que foram testadas (e implementadas), vale citar a utilização da tática *Kettling* (também conhecida como Caldeirão de Hamburgo). Tendo como um dos idealizadores o policial britânico (e, posteriormente, acadêmico/pesquisador, vindo a se tornar professor de Política Social na Universidade de Wolverhampton) Peter Anthony James Waddington (conhecido como PAJ Waddington) consistia, de forma singela, na contenção de grupos que protestavam e na detecção de indivíduos que estariam, no meio daquela massa, portando itens como artefatos incendiários e explosivos improvisados, materiais a serem utilizados em depredações, etc. Estes seriam retirados e levados para identificação, apreensão dos objetos e eventual responsabilização na esfera judicial. Em São Paulo, o contingente policial que empregou o método ficou conhecido como "Tropa do Braço".

'Tropa do Braço'

13/03/2014

A "Tropa do Braço" da PM de São Paulo é inspirada na experiência de policiamento francês no combate aos protestos violentos na periferia de Paris em 2005. O plano de segurança, também é comparado ao 'kettling' (chaleira, numa tradução livre do inglês para o português), que foi adotado pelas polícias na Europa e Estados Unidos em protestos violentos.

O objetivo é cercar os manifestantes suspeitos de vandalismo. Foi usado pela primeira vez em 1986, em Hamburgo, na Alemanha, quando a polícia cercou um grupo que protestava contra a energia nuclear. Depois a tática policial foi usada em protestos na Espanha, Inglaterra e EUA.

Na "Tropa do Braço" paulista, a ordem é revistar e retirar dos atos pacíficos pessoas que demonstrarem intenção de praticar vandalismo. Quem for abordado e estiver com materiais que possam ser usados em depredações, como pedras, paus, coquetéis molotov e estiletos deverá ser detido e levado a uma delegacia para averiguação.

Para o secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella, a ação da "Tropa do Braço" na última manifestação, em fevereiro, foi **"exitosa"**.

FIGURA 9: Métodos de atuação passaram a ser adotados como resposta. Um deles, que se mostrou eficaz, foi o "Kettling", objetivando conter os que se preparavam para atos de vandalismo (G1 – São Paulo, 13 de março de 2014).

As "Jornadas de Junho" tiveram reflexos por um bom tempo e nas mais diversas áreas. Se por um lado, alguns atos políticos foram revistos, por outro também serviram para fomentar manifestações posteriores. Em 2014, por exemplo, era noticiado que grupos Black Blocs desejavam parcerias, inclusive com organizações criminosas, para que ocorressem atos que inviabilizassem a Copa. Em 2015, infiltraram-se entre professores em greve e agrediram profissionais de imprensa.

Necessário salientar que houve imensa repercussão internacional (por exemplo, um determinado veículo de comunicação escreveu mais sobre os protestos do que propriamente a respeito da Copa das Confederações, enquanto a mesma ocorria). Manifestações de apoio teriam ocorrido em Lisboa, Frankfurt e Berlim, em um total de 27 cidades do exterior. A ação do governo brasileiro passou a ser acompanhada por atores estatais de todo o mundo.

Já encerrando, é adequado um comentário: é valiosíssima a experiência dos policiais da Tropa de Choque que, por vezes, somente com o efetivo de um único pelotão (de Polícia de Choque), enfrentaram e fizeram voltar à ordem centenas de detentos de um estabelecimento prisional, décadas atrás, quando das rebeliões simultâneas no Estado de São Paulo. O que passaram, dentro de um presídio, com amotinados avançando para enfrentá-los, trata-se de um aprendizado que gerou doutrina a ser incorporada, assim como táticas e técnicas que foram incluídas nos posteriores manuais e Cursos de Controle de Distúrbios Cíveis. Não se trata de exaltar uma geração de policiais em detrimento de outras. Pelo contrário. O exposto é a respeito das lições aprendidas que são incorporadas geração após geração. Lições importantes cujo custo (institucional e pessoal) em nenhuma hipótese deve ser desconsiderado.

BLACK BLOCS PROMETEM CAOS NA COPA COM AJUDA DO PCC

• Tensão pré-Copa

Ainda não detectados pela polícia, anarquistas pretendem aproveitar o evento para mostrar sua capacidade de enfrentar o Estado

Os black blocs que executaram as ações de grande repercussão do ano passado continuam fora do radar da polícia, e prometem transformar a Copa do Mundo "num caos". Para isso, alguns deles esperam que o Primeiro Comando da Capital (PCC), a organização que domina os presídios paulistas e emite ordens para criminosos soltos, também entre em campo. Não se trata de uma parceria, mas de uma soma de esforços.

"A gente tem certeza de que o crime organizado, o PCC, vai causar o caos na Copa, e a gente vai puxar para o outro lado", continua o veterano. "Não temos aliança nem somos contra o PCC. Só que eles têm poder de fogo muito maior do que o MPL (Movimento Passe Livre, que iniciou as manifestações, há um ano, com ajuda dos black blocs). Pararam São Paulo", acrescentou, lembrando as ações do PCC na década passada.

O veterano é uma bailarina de 21 anos, que abandonou um curso em uma universidade pública para se dedicar exclusivamente à causa, contaram que membros do PCC receberam bem na Penitenciária do Tremembé (interior paulista) dois black blocs presos na manifestação de junho do ano passado do MPL. "Colocaram colchões para eles." Igualmente, o Comando Vermelho acolheu um ativista preso no Rio.



Um grupo de cerca de 70 black blocs se infiltrou ontem na manifestação dos professores em greve do Estado de São Paulo, cercou e agrediu profissionais que faziam a cobertura do protesto. Um câmera do SBT foi jogado no chão, recebeu chutes e socos e teve seu equipamento quebrado. Uma equipe da Rede Globo foi perseguida e teve de se esconder em um bar.

A confusão começou por volta das 18 horas. Vestidos com camisetas pretas e adesivos da Apeesp (sindicato dos professores da rede estadual) colados na roupa, os black blocs cercaram três profissionais da Rede Globo na Praça da República. Neste momento, professores ligados à Apeesp chegaram e disseram que o grupo que estava causando o tumulto não era formado por docentes, mas por black blocs.

FIGURA 10: 2014 e 2015 – De “mocinhos” a indesejáveis. Ação de Black Blocs foi além dos protestos sobre aumento de tarifa de ônibus. Se em 2014 chegaram a ser entrevistados, deixando claro que não eram contra organizações criminosas como o PCC e, com elas, desejavam uma soma de esforços para fomentarem o caos durante a Copa do Mundo, em 2015 infiltraram-se em uma manifestação de professores em greve e, além de promoverem desordem, agrediram profissionais de imprensa (Jornal O Estado de São Paulo, 1º de junho de 2014 e 25 de abril de 2015).

Além da parte operacional, propriamente dita, bem como da gestão de incidentes, entram outros pontos de idêntica relevância: como tais eventos são explicados (para o público externo e, tão importante quanto, ao interno) e qual o posicionamento institucional a respeito? Nesta era, onde um fato pode ser divulgado em um lapso temporal ínfimo por intermédio das redes sociais (com a possibilidade de uma ênfase direcionada, bem como a mera exposição parcial, sem o contexto completo, propositadamente), a Comunicação Social institucional deve ser feita de forma técnica, elucidativa e com pontos diversos a considerar (com os vieses cognitivos sendo um deles). A Comunicação Social institucional deve ser vista e tratada como imprescindível.

Os próprios coletivos consideram aprimoramento e instrução, comunicação (difusão de pautas e ações para a imprensa bem como suas campanhas) e produção de conhecimento (com a difusão, também, deste) importantíssima.

No relatório *Não Violência, Princípios e Práticas da Sociedade Civil Brasileira* (Escola de Ativismo, 2024), ocorreu uma pesquisa que envolveu representantes de 137 coletivos. Destes, verificou-se que:

- 136 fazem cursos ou participam de outros processos de aprendizagem;
- 136 promovem atividades de comunicação (relações com a imprensa, mídias sociais, campanhas);
- 130 promovem pesquisas, produção de conhecimento (por intermédio de relatórios, estudos, literatura) e difusão de materiais informativos (como cartilhas).

Além das atividades citadas, existem diversas outras que também são efetuadas. Ainda, dos 137 coletivos, 126 promovem articulação junto aos representantes do Poder Legislativo (bem como do Executivo), 117 efetuam os visíveis protestos, manifestações de rua e atos simbólicos, 70 promovem a advocacia popular e 57 praticam / atuam em circunstâncias de embate e bloqueios.

Portanto, promover o aprimoramento técnico contínuo, possuir meios para fomentar a difusão de informações e conhecimento e a adequada Comunicação Social, são

pontos primordiais para qualquer instituição de Estado, pois basta ver a importância dada ao que foi citado pelos próprios coletivos. Assumem, assim, idêntica relevância em relação à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), veículos com missão dedicada (transporte de tropa, lançadores de água e capacidade de remoção de obstáculos), meios menos letais, cursos de capacitação para controle de distúrbios civis etc. A arena informacional é tão importante e exige tanto, se não mais, conhecimento e investimento que outras.

ESCOLA DE ATIVISMO

O que descobrimos escutando 137 coletivos, organizações e lideranças brasileiras sobre não violência

Compartilhamos alguns dos achados do estudo “Não violência, princípios e práticas políticas da sociedade civil brasileira”



Especialmente para o Núcleo de Ação e Não Violência (NANV) da Escola de Ativismo, responsável pelo Estudo, há ainda como motivação o fato de a não violência ser o princípio declarado de um determinado modelo de posturas e métodos de luta que caracterizam historicamente o fenômeno do ativismo contemporâneo: os protestos, os atos simbólicos, as formas de pressão pública, as ocupações, as ações diretas.

FIGURA 11: A capacidade de aprender com o passado e compartilhar percepções é importante, tanto que é constatável, em breve pesquisa, diversas obras a respeito de eventos (como os protestos de 2013, apenas como exemplo). Estudar, compreender, projetar cenários, entre diversos outros pontos, é primordial para instituições de Estado, principalmente para elucidar ao público em geral o que ocorre em determinado momento, bem como ao próprio contingente que eventualmente é empregado na manutenção da ordem (Escola de Ativismo).

Dez anos, na História de uma nação, é um lapso temporal ínfimo (repetindo a primeira frase deste artigo). Mas, do que efetivamente recordamos daquilo que foi vivenciado e sentido, os contextos de época, incluindo o viés político e, com ele, o econômico, influência geopolítica e atores externos, ações artificiais (que naquele momento,

sequer foram percebidas), protagonistas, entre tantos outros pontos? É sobre isso. Lições que jamais devem ser esquecidas. É muito provável que eventos similares ocorram, com roupagem diferente, bem como ações que ocorrem (ou ocorreram) em outro lugar do mundo podem ter sua réplica onde nos encontramos. Basta, às vezes, lembrar do que testemunhou e, com um pouco de paciência, ler os arquivos de alguns jornais (não necessariamente documentos secretos, como também foi citado no início).

Tirem suas próprias conclusões. Muitos de nós, principalmente os que residem nas grandes cidades, ainda temos na memória o que ocorreu entre 2013 e 2015 (que não se resume a tão somente o resultado de 7 x 1 no jogo Alemanha vs. Brasil na Copa).

REFERÊNCIAS (LITERATURA RECOMENDADA)

BRANCALEONE, Cassio; **DE BEM**, Daniel. *As Rebeliões da Tarifa e as Jornadas de Junho no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BUCCI, Eugênio. *A Forma Bruta dos Protestos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAMPOS, Antonia J. M.; **MEDEIROS**, Jonas; **RIBEIRO**, Marcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Contraciv, 2021.

MANSO, Bruno Paes; **NOVAES**, Willian; **SOLANO**, Esther. *Mascarados: A Verdadeira História dos Adeptos da Tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MAROVIC, Ivan. *O Caminho da Maior Resistência: um Guia Passo a Passo para o Planejamento de Campanhas Não Violentas*. Tradução: João Vicente de Paulo Junior. International Center on Nonviolent Conflict, 2018.

RIBEIRO, Alexandre Antunes. *O Front Interno: As Desordens Públicas Como Arma de Guerra*. São Paulo: SGDZ Books, 2024.

SHARP, Gene. *Da Ditadura à Democracia*. Boston: The Albert Einstein Institution, 2005.

SHARP, Gene. *Poder, Luta e Defesa: Teoria e Prática das Ações Não-Violentas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

VINÍCIOS, Leo. *Antes de Junho: Rebeldia, Poder e Fazer da Juventude Autonomista*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

***Flávio César Montebello Fabri** é coronel da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Possui licenciatura em História, é bacharel em direito e bacharel e mestre em Ciências de Segurança e Ordem Pública. É autor de diversos artigos relacionados à Vitimização Policial e Guerra Híbrida. É coautor do livro “Prazer em conhecer: Departamento PM Vítima”.
